



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VI - Nº 80 - 1ª QUINZENA DE DEZEMBRO DE 1994 - SOLIDÁRIO: R\$ 0,70 - NORMAL: R\$ 0,35



O movimento operário precisa se preparar para enfrentar mais arrocho e recessão.

Contra a burocracia divisionista,

Organizar uma campanha

nacional de lutas para derrotar o

Plano Real de Fome!

PT se afunda na corrupção

"Odebrecht, Bradesco, Itaú, para mim, é tudo a mesma coisa. Qual empresa não está envolvida hoje em denúncias de corrupção? Se as doações forem feitas dentro da lei, é normal."

Lula, à Folha, em 30/11/94



Fernando Henrique vai formando o governo

Vem aí mais uma ofensiva antinacional e antipopular

Fernando Henrique confirmou nos postos chave do futuro governo os principais membros de sua equipe econômica: Pedro Malan será o Ministro da Fazenda, Edmar Bacha será o presidente do Banco Central e Pêrsio Árida chefiará o BNDES. Com isso, os defensores mais radicais da política neoliberal ditada pelo imperialismo estarão no comando da economia.

Isso não significa que a aplicação das medidas impostas pelo imperialismo se dará tranquilamente. Ao contrário, cada passo terá que ser negociado com os representantes das oligarquias regionais, que controlam o parlamento: José Sarney é o mais forte candidato à presidência do Senado, e, portanto, do Congresso; Luís Eduardo Magalhães, filho de Antônio Carlos Magalhães, do PFL, é o mais forte candidato à presidência da Câmara dos Deputados. Marco Maciel, vice de FHC, será o coordenador político das negociações entre governo e Congresso para a efetivação das reformas constitucionais. A aplicação do neoliberalismo implica em quebra das forças produtivas para beneficiar o capital estrangeiro. As disputas para ver quem quebra e quem sobrevive à sombra do capital imperialista tendem a se acirrar. Os oligarcas, que mantêm uma relação de parasitismo com as estatais e o governo, procuram limitar o ritmo das reformas e buscam compensações. Sua influência no Estado semicolonial é elemento de mais disputa e crise entre as frações

da burguesia. Tudo indica que se agravarão os choques entre a burguesia do sudeste, mais abertamente pró-imperialista, e os oligarcas do norte-nordeste, e entre as frações burguesas em geral.

Novos ataques contra as massas

A atual equipe econômica, que continuará no futuro governo, anunciou que pretende acabar com o IPCr que corrige os salários. Isto significará mais arrocho salarial. A inflação está em 3,5%, e atinge mais duramente quem ganha salários menores, porque tem na alimentação e no aluguel as maiores altas. Vem aí mais uma fase de arrocho salarial.

Outros objetivos do futuro governo são a privatização da previdência, a reforma fiscal (aumento de impostos e corte de verbas para estados e municípios) e fazer a privatização do petróleo, telecomunicações e eletricidade. São medidas que pesarão diretamente sobre os assalariados e aposentados.

A ofensiva do governo contra as massas tem o objetivo de garantir a rentabilidade do capital, numa situação de crise mundial capitalista. O plano Real é a expressão desse objetivo. A única forma do governo manter o Real supervalorizado sem levantar os capitalistas daqui contra ele foi arrochando brutalmente e congelando os salários, beneficiando os patrões. Assim, quando os trabalhadores se levantam em greve por aumento salarial, como tem acontecido frequentemente, colocam-se objetivamente contra o plano. Por isso o governo, os empresários e a imprensa burguesa têm batido tão duramente contra as greves: sabem que se o movimento grevista se generaliza, acaba com o mecanismo de expropriação salarial que mantém os lucros estáveis artificialmente.

O papel das direções do movimento

A burocracia sindical direitista, expressa na Força Sindical de Medeiros, é neoliberal e colabora ativamente com o plano antinacional e antipopular. Mas a responsabilidade maior pelo que acontece no movimento operário recai sobre o reformismo petista, que dirige a CUT. E essa di-

reção tem feito de tudo para evitar que as greves se generalizem e se unifiquem contra o plano. Vicentinho tem sido o paladino dos acordos antigreves, como no caso do movimento dos petroleiros.

O reformismo se colocou pelo apoio aberto ao PSDB no 2º turno na maioria dos estados. Conseqüência lógica, participará dos governos estaduais em secretarias ou no apoio na Assembléia Legislativa. Mário Covas chamou Walter Barelli (ex-DIEESE) e Êmerson Kapaz (PNBE) para serem seus secretários do Trabalho e da Indústria e Comércio. Não são petistas, mas Barelli tem fortes ligações com a CUT e Kapaz foi membro destacado da campanha de Lula. Estão muito cotadas Luíza Erundina e Thelma de Souza para outras secretarias. O PT e seus aliados não estão apenas numa situação de acordo informal, mas de apoio explícito aos partidos que expressam o neoliberalismo mais descarado. Esse apoio será extremamente nocivo às organizações de massa dirigidas pelo PT. A contenção das lutas se dará de forma mais engajada pela burocracia sindical. Nos estados em que o PT governará, isso será ainda mais notável, como já foi com as prefeituras "democráticas e populares", que reprimiram grevistas e sem-teto.

Lutar pela independência de classe

Os trabalhadores têm sentido na pele e no estômago as conseqüências do congelamento salarial imposto pelo plano Real. têm mostrado vontade de enfrentar o governo e os patrões nas greves. Falta-lhes a unidade para quebrar a ofensiva de fome e entreguismo do governo através da luta direta de massa. Suas organizações de massa têm agido antes como freio do que como instrumentos de luta. O caminho para superar essa situação é o combate à paralisia imposta pela burocracia e a defesa da independência de classe dos organismos de massa. São as assembléias massivas de base, a formação de comandos de base e intercategorias (unificados) para conduzir a luta com poderes acima da burocracia corrompida e comprometida com o plano neoliberal. E a realização de uma campanha nacional de luta para por abaixo o plano de fome e miséria.



Apesar da traição da burocracia, continua crescendo o movimento grevista

A mobilização grevista não se encerrou após a data base de 1 de novembro de várias categorias. Continuam paralisados os metalúrgicos da Voith, Metalúrgica Aliança, NVD, Villares, Brastubo, Máquinas Danly etc. Os operários da Metal Leve (Santo Amaro) permaneceram 7 dias em greve. Os trabalhadores da Ibrame cruzaram os braços durante oito dias. A greve na Krause já está no sexto dia. Os padeiros de São Paulo iniciaram a paralisação das panificadoras do centro, zona norte e sul. Aeroviários ameaçam parar a partir do dia 1 de dezembro. Os aeroportuários realizaram uma greve que se confrontou com a repressão com paus e pedras. Os petroleiros voltaram à greve antes mesmo do sindicato convocá-la, logo após o governo voltar atrás no acordo. E algumas assembleias rejeitaram o acordo da federação com o governo, que encerrou a greve para voltar a negociar, sem nenhuma conquista. Esse quadro revela a disposição dos trabalhadores em recuperar as perdas salariais. O Plano Real expropriou os salários e impede as reposições de perdas passadas. O congelamento dos salários por um ano e os reajustes permitidos por lei atingiram em cheio os trabalhadores.

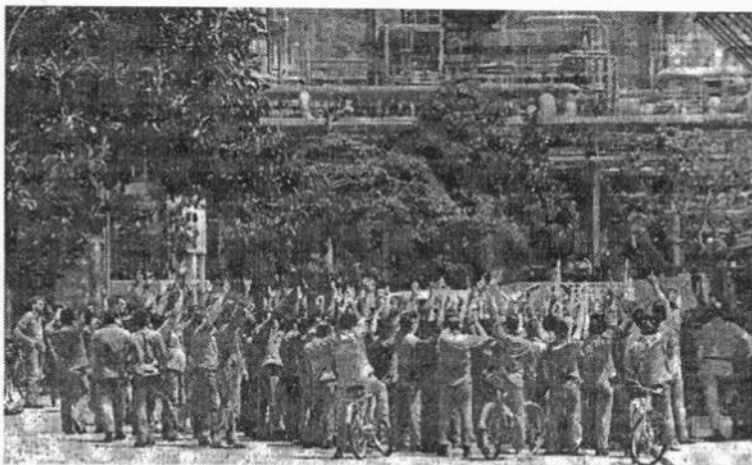
A burocracia sindical atua para que os movimentos não se unifiquem. Teme que possam criar uma instabilidade para o Plano Real. Faz de tudo para que as greves não sejam instrumentos de quebra do Plano. Por isso, mantém as greves por fábrica ou por região. A grande maioria das negociações são feitas por fábrica e se aceita qualquer esmola do patronato para suspender o movimento. Essa tem sido a política dos direitistas da Força Sindical (Medeiros) e da CUT (reformismo petista). Não é à toa que Vicentinho entrevistou novamente para acabar com a greve dos petroleiros, que já ameaçava com o racionamento de gás à população e poderia levar a um confronto mais geral contra o governo e o

plano.

A política colaboracionista das direções sindicais tem contribuído para avançar esse Plano antinacional e antipopular. Deliberadamente, há um acordo nacional para que não se arranhe o Plano neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. As reivindicações centrais dos trabalhadores não serão conquistadas sem que haja uma luta firme contra o Plano Real.

As massas já estão sentido na pele os efeitos do Plano. Os salários estão arrojados, congelados e os preços das mercadorias nas alturas. São os alimentos e o custo da moradia que mais estão subindo, penalizando principalmente os assalariados. As greves, que ora ocorrem por fábrica ou empresa, precisam se transformar num único movimento para pôr abaixo o Plano FHC. A defesa das reivindicações tem que passar, também, pela luta contra a política de conciliação de classe das direções sindicais. A defesa da

independência de classe das organizações das massas terá importância destacada, porque suas direções reformistas estão se alinhando com os partidos burgueses defensores do neoliberalismo. Impulsionar, generalizar e unificar as tendências de luta das massas por salário e emprego levará ao confronto contra o plano neoliberal, o governo, a burguesia e o imperialismo. Organizemos uma campanha nacional de luta contra o plano a partir das assembleias massivas e da unificação das lutas.



Assembleia em Cubatão decide pela greve, à revelia do acordo

Nacional



**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO
PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

Prossegue a violência contra a população favelada

Fora a intervenção militar no Rio!

Rio de Janeiro se tornou um palco de guerra. Os tanques, carros blindados, helicópteros, tropas de elite e todo tipo de armamento tomaram conta das entradas das favelas. A investida sobre o Morro do Borel provocou a prisão de dezenas de moradores, a ocupação da associação e da Igreja. As denúncias de tortura foram feitas pela freira Maria do Rosário e pelo padre Olinto. Os militares usaram a igreja São Sebastião como cárcere, local de interrogatório e de tortura. O laudo do IML revelou que moradores foram torturados. O cardeal arcebispo do Rio, Dom Eugênio Salles condenou o padre por ter denunciado os militares torturadores e disse que o correto era buscar um entendimento com o comando militar. Mostrou o comprometimento da Igreja com a repressão a mando do imperialismo.

No Borel, o exército proibiu o acesso de jornalistas e impôs à população as ordens militares. Os direitos elementares foram abolidos e estabeleceu-se o toque de recolher. O comandante da operação, Câmara Senna, foi claro ao dizer que não é função do exército o assistencialismo. O que desmascara a propaganda governamental de que a ocupação do Rio teria o único objetivo de combater a violência das

quadrilhas do tráfico de drogas.

A grande violência do exército sobre a população pobre das favelas gerou conflitos entre os próprios defensores da operação militar. É o caso do padre Olinto (favorável a intervenção), que acabou denunciando as torturas e enviando ao general Câmara Senna uma carta relatando os métodos de tortura aplicados sobre os moradores.

Como se vê, os fatos comprovam que a intervenção militar atinge a população pobre das favelas. O direito de manifestação, expressão, de "ir e vir" (como dizem os democratas) são abolidos. Vale unica-

aos métodos de tortura.

As estratégias de guerra impostas para combater o poder dos traficantes se voltaram contra os moradores das favelas. A burguesia narcotraficante não sofreu nenhum tipo de repressão. Ela é mantida através dos estreitos vínculos com os banqueiros internos e externos, com a polícia e com os organismos do próprio Estado. As denúncias de que o narcotráfico lava 1 bilhão de dólares por ano atestam o vínculo dessa burguesia narcotraficante com os banqueiros. Essa grande quantidade de dinheiro que é remetida ao exterior mostra a convivência



mente a voz de mando dos militares e o poder das armas.

O Estado de Defesa

A inúmeras discussões entre o governo e o exército sobre se se imporia o Estado de Defesa ou uma intervenção branca do exército no Rio eram (como dissemos) uma verdadeira farsa. Na prática, foi imposto o Estado de Defesa. Na prática, estão suspensas as garantias "constitucionais".

Os fatos ocorridos atestam a violência reacionária do Estado burguês. A população miserável tem sido a única vítima, pois os moradores são trancados nos morros, as precárias leis não funcionam e, agora, essa população está submetida

com as casas de câmbio e as parcerias com os bancos internacionais.

Os democratas, que vivem propalando os direitos constitucionais, não se cansam de discutir o fato se o exército está ferindo ou não tais direitos. Se há ou não um Estado de Defesa ou se há abusos por parte da intervenção militar. O que não fazem é condenar de fato a intervenção. Quando se impõe a intervenção militar, não existe a terceira via: ou é a favor ou é contra. O que não enxergam é que a intervenção militar está acima de qualquer Constituição ou governo.

Para que está servindo a intervenção?

A intervenção militar no Rio põe

em evidência a verdadeira face da democracia burguesa. Diante dos grandes problemas sociais - marginalização, desemprego, fome etc. - se vê obrigada a combatê-los com a força das armas. Utiliza o aparato repressivo estatal para inibir e punir a população pobre dos morros, submetida ou não pelos grupos de traficantes.

É evidente que o governo e seu exército sabem que é impossível eliminar o narcotráfico. Este possui ramificações internacionais, que extrapolam o poder do Estado nacional. Ao mesmo tempo, se vê acochado pelas pressões dos países imperialistas, particularmente dos Estados Unidos, que buscam limitar o poder da burguesia narcotraficante. O governo norte-americano necessita conter a grande evasão de dólares e proteger os interesses de outras frações capitalistas. Por detrás da máscara de defesa da população contra a violência dos traficantes se busca limitar a alta lucratividade desse negócio. As pressões norte-americanas sobre o Brasil vêm no sentido de que se abra definitivamente as fronteiras para que a polícia especializada dos Estados Unidos possa atuar diretamente no combate ao narcotráfico, como já o faz na Bolívia.

Por outro lado, a intervenção do exército está servindo de ensaio contra qualquer insurgência futura. Não é por acaso que o comandante da operação vem a público mostrar a insatisfação com o aparato do exército. Diz o general Câmara Senna: "Na época do marxismo-leninismo, duas pessoas iam se reunir e a gente sabia no dia anterior. Ia lá e prendia. Hoje não temos aparato para isso". É claro que o general está chamando a atenção do governo de que é preciso, urgentemente, aparelhar o exército em todos os sentidos. Está, na verdade, cobrando o poder militar do Estado.

Portanto, a intervenção militar nada tem a ver com a defesa da população e sim com os interesses dos países imperialistas e do exército (aparato repressivo). A palavra-de-ordem "Fora o exército do Rio" e a construção das milícias de auto-

defesa servem como instrumentos de organização das massas empobrecidas contra o Estado opressor.

O silêncio dos reformistas do PT e da CUT

O PT, a CUT e os sindicatos estão calados diante da ação do exército nas favelas do Rio. Não fizeram, até hoje, nada contra a violência do aparato repressivo do Estado. Lula, os governadores petistas eleitos e as dezenas de parlamentares do partido ficaram mudos e foram incapazes de condenar a militarização.



Permanecem alheios aos grandes problemas ocorridos, como que a população das favelas não tivesse o vínculo com a classe operária ou com as camadas mais exploradas.

A paralisia da CUT e dos inúmeros sindicatos, dirigidos pela política do PT, é o mais claro consentimento à militarização. É a conivência com a violência reacionária do regime burguês. É a submissão mais apodrecida às pressões norte-americanas de intervenção militar aberta no Brasil.

O reformismo sabe, mais do que ninguém, de que a intervenção do exército no Rio é um pequeno ensaio para as novas investidas contra o ascenso do movimento dos trabalhadores. Mesmo assim, preferem se calar. A omissão tem contribuído para que o governo e o

aparato repressivo continuem livremente na campanha de ganhar um setor da classe média e parte do operariado para às posições de defesa da intervenção. O silêncio, na verdade, é a política da colaboração.

Fora a intervenção militar no Rio!
Defesa irrestrita de todas as liberdades democráticas
Construir ps comitês de auto-defesa contra a repressão e o narcotráfico!

Com essa bandeiras, a Tendência pelo Partido Operário Revolucionário chama os sindicatos, associações e todas aquelas que se reivindicam da classe operária a levantar um plano de reivindicações contra a fome e a miséria. Um plano que sirva de ponto de partida para uma grande mobilização nacional e que coloque a defesa das massas através da construção das milícias de auto-defesa, para enfrentar a ação da polícia e dos narcotraficantes.

É na luta direta que os oprimidos compreenderão que a verdadeira solução dos graves problemas sociais só virá com a destruição do sistema capitalista. Da mesma forma, saberão condenar a violência reacionária do Estado e da burguesia narcotraficante e defender a violência revolucionária da maioria explorada. Ou seja, a única via de pôr abaixo o regime de exploração do trabalho.

Nacional



PT se compromete com empreiteiras e se afunda na corrupção

As prestações de contas das campanhas eleitorais mostraram a ponta de um iceberg: as doações de empreiteiras e bancos aos candidatos. Embora essas prestações sejam manipuladas e escondam a maior parte do dinheiro das campanhas, o que se mostrou revela a ligação e o compromisso assumido pelos candidatos com as empreiteiras e o capital financeiro. Certamente, depois de eleitos, favorecerão aqueles que lhes ajudaram durante a campanha, com recursos públicos.

Chamou a atenção o envolvimento do PT com empreiteiras ligadas aos escândalos do orçamento, como a Odebrecht, de quem o PT do Distrito Federal recebeu 200 mil reais. Em São Paulo, a ajuda da Odebrecht (através da CBPO) para José Dirceu chegou a 500 mil reais. Mas a coisa vai muito mais além: Lula confirmou que recebeu dinheiro de várias empreiteiras, considerando isso normal. E a prestação de contas mostra que o Banco Itaú foi o maior contribuinte do PT.

O financiamento das campanhas eleitorais pelos capitalistas é típico da democracia burguesa. O retorno é obtido após as eleições com a destinação de verbas e com a garantia de que o governo protegerá os interesses desses grupos. Por mais que se procure disfarçar, é decisiva a influência do poder

econômico nas eleições, que em geral prevalece.

O que ganhou destaque foi o fato do PT, que tem sido o ator principal das CPIs de corrupção, mostrar seu envolvimento justamente com uma empresa acusada de manter uma rede de propinas para todos os postos do governo e centenas de parlamentares. Isso mostra que a corrupção econômica anda sempre de mãos dadas com a corrupção política e a integração ao estado capitalista.

Lula afirma que as doações foram feitas dentro da lei, por isso são normais. Anteriormente Lula dizia que aquilo que entendia como legítimo estava acima das leis. Agora, diz colocar a lei acima da legitimidade. Tudo jogo de palavras.

As leis são feitas pelo parlamento, instrumento da burguesia e de seu Estado. A legalização das doações de campanha eleitoral só servem para fantasiar as negociatas e embelezar a farsa da democracia burguesa, que é na verdade a ditadura do poder econômico, da burguesia sobre os assalariados e oprimidos.

O PT julga normal qualquer doação de capitalistas para sua campanha eleitoral. Não faz objeção nem mesmo àquelas envolvidas em corrupção. É verdade que seu envolvimento com a Odebrecht é prova de corrupção. Mas as doações do Itaú ou de outros grupos capitalistas também. O dinheiro não é dado a troco de nada. Inclusive, para quantias elevadas, há necessidade de reuniões com os próprios candidatos. Nessas reuniões se estabelecem compromissos. É o "toma lá dá cá" envolvendo o PT.

O PT colocou-se a tarefa de ganhar as eleições presidenciais. Para isso, ajustou seu programa às imposições dos capitalistas e do

imperialismo, buscou o apoio do poder econômico e integrou-se à corrupção, alicerce da ditadura de classe da burguesia. Um partido adaptado ao capitalismo e à democracia burguesa não vê mal em receber dinheiro de quem quer que seja para suas campanhas eleitorais. Conforme dizem, desde que seja de forma legal, é "normal". Mas essas contribuições vão estabelecendo compromissos e condicionando a vida do partido, amoldando-o aos interesses de quem o sustenta. Assim, uma política que aponte para a integração à democracia burguesa e a manutenção do capitalismo leva à corrupção e esta aprofunda o compromisso do partido com os capitalistas.

Os trabalhadores e oprimidos precisam construir um partido que lute pelo fim da opressão nacional e social. Esse partido só pode ser o Partido Operário Revolucionário, que luta para que a classe operária lidere as massas e derrube o poder corrompido da burguesia e acabe com a exploração de classe. Tendo claro esse objetivo, o partido revolucionário se sustenta a partir da contribuição voluntária e consciente de seus militantes e dos trabalhadores, através de campanhas financeiras. Isso lhe dá condições para manter sua independência política e seguir rumo a seu objetivo estratégico, que é a revolução proletária.

Principais contribuições declaradas à campanha presidencial petista (em Reais):

Banco Itaú	499.999,97
Baralt Comércio de Veículos	154.500,00
Votorantim	110.000,00
MB Meias do Brasil	90.000,00
Porto Seguro	85.000,00
Cia Brasil de Distribuição	80.000,00
Banco Icatu	50.000,00
Leo Madeira e Ferragens	45.000,00
OAS	43.000,00
Banco Real	40.000,00
Marcopolo	40.000,00
Bombril SA	35.800,00
Banco Mercantil de Descontos	30.000,00
Moinho Pacífico	30.000,00



O escândalo das ONGs (Organizações não-governamentais)

A criação das ONGs no Brasil não é um acontecimento recente. Surgiram durante os anos 80 e proliferaram na década de 90. Apareceram dizendo que se tratava de entidades de direito civil, sem fins lucrativos, sem vínculos com os sindicatos, partidos políticos ou com o governo. Na época da ECO-92 vieram à tona com cadastramento de 1350 para a participação nos eventos.

As ONGs organizam-se como centros de pesquisas e de ação política. Geralmente, se estruturam a partir de um problema social ou ambiental. Por exemplo: a causa dos meninos de rua, Associação pró-carente, da Aids, meio ambiente etc. Participam de conselhos governamentais, como o Conselho Nacional do Meio Ambiente. Essas entidades se articulam através do Fórum Brasileiro das ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

As ONGs são criadas e mantidas ou através de verbas provenientes do exterior (Holanda, Alemanha etc) ou de subsídios estatais e privados nacionais, como por exemplo os projetos em parceria na área da educação. São os centros de pesquisa ou institutos que recebem as volumosas contribuições dos países imperialistas. Munidas de dinheiro e com o apoio do governo nacional, as ONGs atuam no sentido de amortecer a luta de classes no Brasil. São órgãos do imperialismo a serviço da colaboração de classe.

Os escândalos de corrupção

O próprio governo diz que não há mecanismos para o controle das ONGs. Fala-se da necessidade de organizar um cadastro, prestação de contas etc. É claro que isso surgiu em função dos escândalos de corrupção envolvendo as ONGs e o dinheiro público.

Foram levantadas denúncias da atuação das ONGs com menores no Rio de Janeiro. O próprio juiz de menores disse que somente 4 ONGs movimentam a fábula de 2,3 milhões de dólares por ano e a situação dos menores é a mesma. O que significa que o dinheiro não tem sido aplicado. O Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) que utilizou 30 mil dólares no ano de 1993, agora movimentou 150 mil dólares (a maioria desse dinheiro vem do exterior).

Segundo o MEC (Ministério da Educação), as entidades não-governamentais receberam, nesse ano, 53 milhões de reais para projetos ligados a educação especial. De um montante de 104,3 milhões, o governo entregou para as ONGs mais da metade. Essa é uma verba que o governo não controla. Sem dizer que as fraudes na concessão de

bolsas de estudo causaram prejuízo aos cofres públicos de nada menos do que 650 mil reais. Há denúncias dos ecologistas de que a ONG Americana arrecada dinheiro em nome da defesa dos botos do Rio Amazonas, mas nada tem sido feito. A CPI do Orçamento chegou a denunciar que parlamentares estavam criando ONGs para desviar dinheiro da União. O levantamento realizado no Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA) revelou que, no período de 1990-92, 40% dos recursos foram desviados para as ONGs fantasmas. O exemplo é o da Associação Pró-Carente de Canapi (Alagoas), que desviou 1,2 milhão de dólares da LBA e do CBIA.

Como se vê, as denúncias de corrupção tomaram conta das organizações não-governamentais. Porém, ninguém foi punido. Ao contrário, verbas públicas continuarão sendo enviadas para as ONGs. Diante dos escândalos, parlamentares falam em criar leis para regulamentar a existência dessas entidades. Concretamente, elas existem e têm servido de instrumentos para o aumento da submissão do país aos organismos internacionais, financiadores de grande parte desses projetos.

Fora com as ONGs!

Sem dúvida, houve um crescimento do poder político das ONGs no Brasil. Em nome do pacifismo pequeno-burguês, esses organismos utilizam da miséria da população para buscar dinheiro farto nos cofres do governo e nos organismos "humanitários" dos países imperialistas.

É uma grande ingenuidade acreditar que o grande crescimento das ONGs se deve ao modismo, acelerado com a preparação do evento da ECO-92. Trata-se de uma política mais geral de colaboração social ditada pelos organismos internacionais. Não é a toa que se implanta ONGs em toda a América Latina, África e Ásia. É um dos mecanismos criados pelos agentes imperialistas sobre os países capitalistas mais atrasados. Seria, também, uma cretinice acreditar que tais agentes financiam as ONGs porque pretendem solucionar os graves problemas sociais e ambientais das semicolônias. Por detrás da fachada assistencialista está o controle à luta de classe e a defesa do regime de exploração do trabalho.

Porém, é preciso dizer que essas organizações não-governamentais, criadas com o consentimento do governo nacional, adquiriram uma força incontrolável. Essa contradição obriga uma fração política do Estado a tentar barrar esse poder. É por isso que se fala em criar uma legislação própria para as

ONGs, que é preciso ter transparência na aplicação de verbas etc. Todas essas medidas esbarram nos interesses mais gerais que estão por detrás das ONGs.

A verdade é que as ONGs não são organismos de luta anticapitalista. Ou seja, não vieram para combater a fome, miséria, a marginalização de grande parte da população ao acesso à educação e saúde. Cumprem o papel de amortecer a luta dos explorados contra o sistema de exploração capitalista. Não são instrumentos criados através da luta dos oprimidos, mas sim mecanismos para conter a fúria de milhares e milhares de famintos. O caráter pacifista e assistencialista cumpre a função de manutenção de um regime econômico em desagregação. Por isso, têm o consentimento do Estado e do imperialismo.

Os trabalhadores oprimidos têm a tarefa de lutar contra esses organismos e defender a construção de seus próprios instrumentos de combate. A submissão do reformismo petista à orientação imperialista, impossibilita a sua ação contra tais organizações não-governamentais. O máximo que poderão fazer é exigir a famosa "transparência".

A T.POR chama os explorados a rechaçarem as ONGs, agentes do capital e a submetem o governo e burguesia corrupta aos Tribunais Populares. Denunciamos as falcatruas de tais organismos e levantamos a bandeira da construção dos instrumentos próprios (independentes política e economicamente) da classe operária (conselhos, comissão de fábrica etc), sustentados pelos próprios trabalhadores e voltados para a destruição do regime de exploração do trabalho pela revolução proletária.

Nacional



1 de dezembro, dia mundial contra a Aids

Primeiro de dezembro foi um dia que serviu para a propaganda das organizações de solidariedade aos doentes da Aids. As projeções de 40 milhões de doentes no ano 2000, dos quais 10 milhões serão crianças (2,7 milhões estarão mortas até lá), atemorizam as pessoas. Mas não se toca no fundamental do problema, desta e de outras doenças.

O avanço tecnológico da medicina e da indústria farmacêutica e química não conseguiu acabar com as doenças. Antigas moléstias, que se julgava extintas, voltam a atacar e matar massivamente, como a cólera. Novas doenças surgem e não se consegue acabar com elas. Doenças antigas vão se tornando mais fortes e ficando mais resistentes aos

remédios. Por que?

As epidemias espalham-se juntamente com o avanço da miséria. A cólera volta a matar nos lugares mais pobres do mundo, onde não há saneamento, onde os sistemas de saúde estão falindo pela aplicação dos planos neoliberais, onde as pessoas estão na miséria absoluta. E são mais de um bilhão de pessoas nessa situação no mundo. O capitalismo não lhes reserva nenhuma perspectiva de vida: não haverá emprego para elas, nem assistência social.

Os laboratórios são meia dúzia de multinacionais que controlam toda a fabricação de remédios em todo o mundo. Até os remédios desenvolvidos pelos nações nativas estão patenteados e levam dólares aos cofres de empresas como a Rhodia, a Ciba ou a Roche. Essas multinacionais se aproveitam das transformações nos vírus e bactérias das doenças e vão fabricando novos remédios, cada vez mais caros e lucrativos. O fim das doenças seria a falência desses grupos parasitas, que conseguem manter lucros fantásticos até num período

recessivo prolongado. Por isso seus remédios são paliativos, feitos de tal forma que só eliminam os vírus e bactérias mais fracos, e vão deixando os mais fortes, que serão tratados com novos remédios, e assim por diante.

Essas multinacionais não têm nenhum interesse em acabar com as doenças, muito pelo contrário. Mas o Estado também não investe em pesquisa para combater as doenças. Ao contrário, os capitalistas têm exigido que se aplique o neoliberalismo, que corta gastos públicos para beneficiar os parasitas de um capitalismo moribundo.

Por isso o combate sério às doenças passa pela luta anticapitalista. Lutemos contra a destruição da saúde e previdência públicas! Reivindiquemos a expropriação e nacionalização das multinacionais farmacêuticas e químicas! Coloquemos a ciência a serviço de acabar com todas as doenças! Que o movimento operário e popular assumam essas bandeiras e deixem de lado a demagogia cúmplice do assassinato de milhões!

Nacional



Debate sobre o Plano Decenal

A Corrente Proletária na Educação reali-

zou, no dia 19 de novembro, uma exposição da essência do Plano Decenal para alunos da PUC/SP. O debate se concentrou bastante no caráter privatista de tal reforma educacional. Uma aluna questionou o fato de não aceitarmos as parcerias. Dizia que a contribuição das empresas ajudaria a manter as escolas funcionando e possibilitaria melhorar um pouco a qualidade de ensino.

Esses argumentos levantados têm sido frequentes nas discussões sobre o Plano Decenal. Parceria é um caminho para a privatização? A descentralização, objetivo fundamental do Plano, é a via para privatizar parte da rede pública? Quais são as implicações de uma política de descentralização do ensino?

Temos explicado que o Plano Decenal é uma parte do plano neoliberal, imposto pelas metrópoles capitalistas. Não é por acaso que foi gestado junto aos organismos do imperialismo (Unicef, Unesco, Banco Mundial etc.). A descentralização é parte da política desses países metropolitanos, como forma de contornar a aguda crise econômica do regime capitalista. Para isso, impõem a diminuição dos gastos públicos, para que as nações capitalistas mais atrasadas possam cumprir com os compromissos das dívidas interna e externa. Não é por acaso que o governo reduz a responsabilidade do Estado unicamente ao ensino fundamental. Nas regiões mais pobres, a prioridade se restringirá às quatro séries iniciais. Esse é o objetivo do Projeto Nordeste (uma parte do Plano Decenal).

O governo não se cansa de dizer

Adquira com o distribuidor deste jornal:



R\$ 1,00

Educação

que descentralizar não significa privatizar a educação pública. Segundo ele, é a forma de solucionar boa parte dos problemas educacionais. Por isso, fala inicialmente em municipalização. Ou seja, passa a responsabilidade para os municípios. É claro que a municipalização agravará ainda mais as condições de penúria do ensino. Os municípios não têm recursos para manter as escolas em funcionamento e muito menos resolver os problemas da qualidade de ensino, evasão, repetência etc. Basta verificar que o ensino fundamental, no nordeste, é em grande parte municipalizado. Veja a situação em que se encontra.

Junto com a farsa da municipalização, o Plano avança na proposta das parcerias. Ou seja, o governo estabelece um tipo de convênio com as empresas. Em São Paulo, isso já vem sendo aplicado. A empresa contribui com dinheiro para manter a escola, previamente escolhida. Um exemplo é o da EEPSP Etelvina de Góes, que recebeu 50 mil reais da Seguradora Porto Seguro e com esse dinheiro contratou funcionários e paga uma gratificação aos professores que não faltam ao trabalho. A empresa ganha porque o dinheiro é abatido nos impostos e passa a controlar a vida da

escola. O Plano Decenal visa generalizar esses convênios (parcerias) para todo o país.

Como se vê, a municipalização e as parcerias têm objetivos claros: descentralizar a educação pública. São passos que visam ampliar a privatização. Nos opomos a descentralização porque consideramos que levará a destruição ainda maior da escola, que será convertida no canal para difusão da ideologia imperialista. Será uma das formas de divisão da classe dos educadores (salários, condições de trabalho diferenciados etc.). A fragmentação da classe contribuirá para o aumento da ofensiva dos planos privatistas. Por outro lado, apontamos que a luta contra a descentralização é a mesma contra a privatização das estatais. A defesa do estatização de todo o sistema de ensino, sob o controle dos trabalhadores, possibilita a unidade das massas exploradas contra um ponto essencial do plano neoliberal: a privatização.

Educação

Eleições do DCE na UFRN

É preciso construir uma corrente proletária no movimento estudantil

No último dia 23/11 realizaram-se as eleições para o DCE da UFRN. A TPOR fez um chamamento desde o início do processo eleitoral em favor da formação de uma chapa que se colocasse por um DCE classista, ou seja, comprometido com os interesses da classe operária, e revolucionário, portanto ligado à luta pelo fim da exploração, opressão e injustiça na sociedade, o que só pode se dar pela revolução proletária. Propusemos isso porque sabemos que a universidade não está à margem da sociedade, e sim sofre as conseqüências de tudo o que se passa com ela. Dessa forma, a luta de classes se projeta para o interior da universidade, colocando de um lado a burocracia universitária, ligada ao governo e à burguesia, e de outro a comunidade universitária, tendo à frente os alunos, que se alinha com os explorados ao enfrentar a burocracia e o governo com os métodos de luta da classe operária (greves, ocupações etc).

Por isso é impossível para as entidades estudantis se manterem numa posição politicamente "neutra". Até para contratar um professor é preciso enfrentar a política de sucateamento da universidade imposta pelos governos.

As organizações estudantis são formadas para defender os interesses do conjunto dos estudantes, independente de sua posição política. Mas a posição política das direções dessas entidades é decisiva para as necessidades mais imediatas dos alunos. Se essas organizações estão sob uma direção conciliadora com a burocracia, que não se baseia na mobilização dos alunos, então o caminho está aberto para a burocracia

atacar o ensino. Mas se essa direção se baseia na mobilização estudantil, então ela pode ajudar a transformar o DCE e os CAs em instrumentos de luta dos alunos por suas reivindicações. Por isso nos colocamos por um DCE de luta, que só poderá existir se estiver baseado num programa que parta das reivindicações mais sentidas pelos estudantes e leve à unidade com professores e funcionários na luta contra a burocracia, o governo e a burguesia. Que avance para a unidade com o movimento operário na luta anticapitalista.

Fizemos esse chamado, mas aqueles que se interessaram em discutí-lo preferiram lançar um manifesto de caráter artístico-intelectual, sob o nome: "A todos os Fragmentos que Insistem em Compor o Espírito da Espécie". Se for possível decifrar esse enigma, se poderá ver que trata-se do oposto daquilo que defendemos.

A defesa de um programa proletário para o movimento estudantil é uma necessidade de sobrevivência da universidade. O apoliticismo colaborará cada vez mais com a destruição do ensino público. Por isso nos contrapomos às chapas despolitizadoras que concorreram ao DCE e chamamos a construção de uma corrente proletária na educação.



Publicamos abaixo o Manifesto da Tendência pelo Partido Operário à Plenária Nacional dos Servidores Públicos (CONDSEF), realizada nos dias 27 a 1 de dezembro.

Companheiros trabalhadores,



Assistimos à ofensiva do governo neoliberal. O Plano Real expropriou o salário, congelou-o por um ano, trouxe desemprego e mais fome para a mesa dos trabalhadores. Ao invés de cortar os altos lucros dos patrões, o Plano os favoreceu com a elevação dos preços das mercadorias e com o aumento da superexploração do trabalho.

A vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso significou o avanço da implantação das medidas neoliberais no Brasil. Com elas virão a privatização de todas as estatais, a abertura completa da economia ao capital estrangeiro e o avanço da privatização dos serviços sociais (saúde e educação). O novo governo eleito assumiu o compromisso junto aos países imperialistas de pagamento das dívidas interna e externa. A propaganda enganosa de que fará um governo "de desenvolvimento nacional" se desmascarou rapidamente. A inflação se elevou a 3,5% ao mês. Nem mesmo o salário mínimo de 100 dólares foi admitido. As reposições das perdas salariais foram totalmente negadas. Inicia-se uma ofensiva sobre o funcionalismo público, procurando cortar a estabilidade e demitir em massa. Pretende acabar com Previdência estatal e com a aposentadoria por tempo de serviço. Como se vê, estamos diante de um governo pró-imperialista a serviço das potências mundiais, que descarregam o peso da desagregação do capi-

talismo sobre as economias mais débeis.

A crise mundial do capitalismo se acelera a passos largos, o que faz com que as grandes metrópoles, no ímpeto de assegurar a continuidade do sistema, aumentem a opressão nacional. Os Planos neoliberais são impostos aos países semicoloniais. Expressam os mecanismos de proteção dos países imperialistas diante da decomposição do sistema econômico. O objetivo central de tais Planos é a quebra de forças produtivas, como forma de conter a crise de superprodução. Não é por acaso que traz em seu bojo o fechamento de fábricas, privatizações, demissões e o brutal arrocho salarial. É sobre as economias capitalistas mais atrasadas que recaem primeiramente essas consequências mais duras da decomposição mundial de tal sistema econômico.

Além da aplicação dos Planos neoliberais, os países imperialistas intervem diretamente, como é o caso da invasão do Haiti, da guerra do Golfo Pérsico, da guerra civil da ex-Iugoslávia e também na restauração capitalista das economias estatizadas do Leste Europeu, Rússia e Cuba. Trata-se de uma ação generalizada de preservação da economia capitalista em sua fase imperialista de desintegração.

Vivemos a época da recessão mundial, determinada pela crise de superprodução, que não encontra outra saída senão destruir massivamente forças produtivas. O capitalismo não poderá superar sua crise estrutural, que se traduz no aumento da miséria e da fome por todo o mundo. Basta lembrar a existência de 1 bilhão de pessoas abaixo do nível de pobreza absoluta e do desemprego que já se tornou crônico para uma grande maioria da população do planeta.

Os governos latino-americanos estão submetidos às políticas impostas pelo imperialismo, como é o caso do Mercosul (sob o gendarme dos Estados Unidos), dos Planos neoliberais desenvolvidos pelo FMI e Banco Mundial e da investida norte-americana "no narcotráfico". A ofensiva dos Estados Unidos sobre o continente americano visa abrir os mercados para os seus produtos e reduzir os efeitos da profunda crise sobre sua economia. É

por isso que impõe a abertura das fronteiras nacionais.

Os trabalhadores do mundo têm respondido aos ataques às suas condições de vida. Os exemplos da recente greve geral na Itália, Espanha etc. contra o desemprego e o fim das conquistas sociais (previdência, saúde e educação públicas) e as manifestações contra os imigrantes na Alemanha e Estados Unidos revelam que a crise atinge os centros econômicos mais poderosos. Nos países latino-americanos tem sido frequente a luta contra os planos privatistas. Os recentes combates dos trabalhadores bolivianos têm sido provas contundentes da resistência das massas oprimidas contra a opressão social e nacional.

No Brasil, a disposição de luta dos explorados vem à tona com as inúmeras greves ocorridas nesse segundo semestre. Os metalúrgicos, petroleiros, condutores, metroviários, cortadores de cana, etc. paralisaram o trabalho em defesa dos reajustes e da reposição das perdas salariais causadas pelo Plano Real. O governo e os partidos burgueses diziam que as greves serviam como instrumento para desestabilizar o Plano Real e que a concessão de reajustes, necessariamente, implicaria em repasse aos preços das mercadorias. Por outro lado, a burocracia sindical atuou no sentido de limitar os movimentos, porque se colocou por sustentar também esse Plano. Ao invés de unificar as greves para derrotar à ofensiva do Plano antinacional e antipopular, a burocracia colaborou com o governo e o patronato quebrando a possibilidade de um amplo movimento grevista nacional.

Um acontecimento que tem marcado a situação é a intervenção militar no Rio de Janeiro. Essa iniciativa é uma demonstração da disposição do governo burguês militarizar o país. O narcotráfico é apenas um pretexto. Sabemos perfeitamente que por detrás da intervenção militar está a tremenda crise política e as pressões do imperialismo norte-americano. Quem paga pela violência policial são as massas trabalhadoras que vivem nas favelas. O Encontro dos Servidores tem o dever de discutir esse fato e se posicionar pelo fim imediato da intervenção.



O Encontro Nacional dos Servidores Públicos deve rechaçar a conduta divisionista e conciliadora das direções sindicais e aprovar uma Campanha Nacional de Luta, que tenha como reivindicações centrais a defesa do salário mínimo real (de 750 reais), reposição das perdas, escala móvel dos salários, emprego a todos, terra aos camponeses pobres, fim das privatizações, estatização sob o controle operário, saúde e educação gratuitas. Da mesma forma, aprovar o método da ação direta das massas oprimidas contra a minoria opressora.

Companheiros, a luta contra à ofensiva neoliberal e o intervencionismo militar sobre as favelas no Rio de Janeiro nos impõe a tarefa de construir a frente única antiimperialista e anticapitalista. Não podemos enfrentar seriamente o novo governo pró-imperialista sem que os organismos de massa unifiquem os explorados numa só força. Para isso, é necessário desenvolver um plano de luta que ligue as reivindicações mais elementares às de caráter antiimperialista e anticapitalista.

O Encontro deve rejeitar a orientação reformista que sacrifica as bandeiras dos trabalhadores, canalizando-as

para o Parlamento semi-democrático e corrompido. Ao contrário, cabe aprovar uma linha de mobilização unitária que ponha em pé a frente única antiimperialista e anticapitalista, dirigida pela classe operária. Cabe também ao Encontro colocar as reivindicações sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Nosso objetivo não deve ser o de colocar remendos no capitalismo e nem criar a ilusão de que é possível resolver a miséria no seu interior. A luta por um governo operário e camponês, que una o conjunto dos oprimidos em torno da classe operária, deve se constituir num objetivo constante de nosso movimento.

Abaixo o Plano Neoliberal de Fernando Henrique Cardoso!

Fora a intervenção militar do Rio de Janeiro!

Fora a intervenção do imperialismo no Haiti e em outras parte do mundo!

Por uma Campanha Nacional de Luta!

Pela unidade de todos os trabalhadores contra o capitalismo em crise!

Fleury entrega Eletropaulo

O governo de São Paulo conseguiu aprovar na Assembléia Legislativa uma lei que permitirá ao governador Fleury total liberdade para vender em balcão um terço das ações ordinárias da Eletropaulo. A desculpa para a entrega da estatal eletricitária é a dívida do Estado de São Paulo, que já passa dos 32 bilhões de dólares. Fleury diz que sem isso não será possível nem mesmo pagar os salários do funcionalismo.

Diz ainda que o governo não perderá o controle acionário da empresa, porque essas ações não têm direito a voto. Mas esconde que a Eletropaulo já acumula três anos de prejuízos e não tem pago dividendos desde 1992. Quer dizer que em mais um ano sem pagamento desses dividendos, as ações ordinárias também terão direito a voto. Com isso e com a atual venda de ações, o Estado passará a minoritário, e a Eletropaulo estará privatizada.

O sindicato dos eletricitários tem se limitado a denunciar a negociata que pretende fazer Fleury e a fazer uma manifestação em frente à Assembléia Legislativa. A política do sindicato pelego limita-se às pressões parlamentares. De nada adianta levar faixas e um grupo de pessoas

para a porta da Assembléia Legislativa se não há mobilização dos operários na Eletropaulo. Como os pelegos não chamam a luta dos eletricitários, só lhes resta ficar reclamando do golpe montado por Fleury.

O caminho para enfrentar a entrega da estatal é a ação direta dos trabalhadores. É a organização de um movimento grevista que impeça a entrega da estatal, com o chamamento à CUT, aos sindicatos e aos movimentos populares para se juntarem nessa luta, porque a privatização levará aos aumentos de tarifas para os assalariados e só favorecerá às empreiteiras, que terão seus cofres alimentados com mais de 3 bilhões de dólares de dinheiro público da venda das ações da Eletropaulo, extraídos do suor dos trabalhadores através dos impostos.

Não à privatização da Eletropaulo!

Organizemos a resistência através da ação direta e unitária!

	Situação anterior		Situação com a lei 8.974		Preferenciais com direito a voto(*)
	Capital Votante %	Capital Total %	Capital Votante %	Capital Total %	Capital Votante %
a) Composição Acionária:					
Ações Ordinárias					
Fazenda do Estado	99,83	47,57	66,55	31,71	31,71
Cesp	0,17	0,08	0,17	0,08	0,08
Subtotal: Governo do Estado	100,00	47,65	66	72	31,79
Outros	0,00	0,00	33,28	15,86	15,86
Total: Ações Ordinárias	100,00	47,65	100,00	47,65	47,65
Ações Preferenciais					
					Passarão a ordinárias
Classe A - Light		47,52		47,52	47,52
Classe B - Prefeituras		4,57		4,57	4,57
Classe B - USP - Univ S. Paulo		0,26		0,26	0,26
Total - Ações Preferenciais	-	52,35	-	52,35	52,35
Capital Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

(*) Se as Ações Preferenciais adquirirem o "direito a voto" de acordo com os Estatutos da Eletropaulo, o governo perderá o controle acionário.

Têxteis encerram campanha salarial sem conquistas

Os têxteis encerraram sua campanha salarial. O acordo assinado pelos pelegos com os patrões foi o mesmo do sindicato dos mestres e contramestres. Detalhe: esse mesmo acordo tinha sido chamado pelo sindicato têxtil de "vergonhoso". É que as perdas dos trabalhadores têxteis chegam a 68% e o acordo só paga 15,67%.

O sindicato fez de tudo para que a greve têxtil não acontecesse. Onde havia possibilidade de luta, fizeram greve antes da campanha salarial e enterraram o movimento (TDB). As assembléias eram mal convocadas, e poucos operários compareciam. De assembléia esvaziada em assembléia esvaziada, aprovaram o acordo com os patrões, que garantiu o desconto da taxa assistencial que sustenta o parasitismo da burocracia corrompida. Para enganar os trabalhadores que se esforçavam em ir até as assembléias, os pelegos prometiam as chamadas greves-

relâmpago. Deviam ter chamado de fogo de palha ou de fâisca, porque não aconteceram.

Sem luta, ficou fácil para os patrões imporem o acordo miserável. Através de acordos separados, pro fábrica, impediu a unidade dos operários e bloqueou a conquista de reivindicações para todos.

A Força Sindical mais uma vez mostrou sua política de submissão ao Estado burguês e os trabalhadores estavam obrigados a aceitar as migalhas oferecidas pacificamente.

O PSTU aproveitou a campanha salarial para fazer campanha eleitoral. Chegou a confeccionar um panfleto específico para os têxteis só para chamar os operários a confiarem no método eleitoral para solução dos seus problemas.

Os trabalhadores têxteis precisam tirar as lições dessas experiências e se organizarem independentemente contra o arrocho salarial e combater a burocracia sindical divisionista.

4 anos de desocupação da Vila Socialista

Em 1990, às vésperas das eleições para o governo paulista, tropas da Polícia Militar armaram uma verdadeira operação de guerra para desocupar a Vila Socialista. As duas mil famílias já haviam mostrado disposição de resistir ao despejo, construindo obstáculos à invasão policial. O prefeito petista de Diadema colaborou com a repressão, cedendo um campo para a cavalaria se preparar para a invasão. Helicópteros, cães, cavalos, bombas de efeito moral e de gás foram utilizadas contra os sem-teto. A resistência se deu através de paus e pedras e pequenos artefatos explosivos fabricados pelos moradores.

A repressão foi brutal. Policiais perseguiram moradores por quilômetros além do local. 40 pessoas desapareceram. Duas foram encontradas mortas: Milton e Noraldino. Outras foram aleijadas. O vereador do POR Manoel Boni perdeu uma mão quando devolvia uma bomba lançada pela polícia contra os moradores. Casas foram destruídas e pertences quebrados.

Os moradores abrigaram-se em duas escolas próximas ao local. Ali permaneceram meses, até serem transferidos para alojamentos provisórios, e, finalmente, após muita pressão sobre o governo, para moradias. Hoje, o movimento ainda conseguiu a ampliação das moradias para atender a todas as famílias da Vila.

A resistência da Vila Socialista teve repercussão nacional e internacional. O movimento dos sem-teto teve naquela luta uma referência, impossível de ser levada em consideração. Durante todo um período anterior, os sem-teto ocupavam as terras e deixavam-nas pacificamente. Cansados de ocupar e deixar os lugares, o movimento passou a compreender a necessidade da resistência.

O POR defendeu a luta dos sem-teto de Diadema e procurou politizá-la, mostrando que a luta por moradia está ligada à luta por salário e emprego, e contra o capitalismo decadente que não é mais capaz sequer de sustentar seus escravos. Defendemos a generalização da experiência da Vila Socialista, e a unidade do movimento popular com o movimento operário, contra o regime de exploração do trabalho.

Que a bandeira "Ocupar e Resistir!" continue sendo o lema do movimento dos que lutam pela terra. Viva a luta da Vila Socialista!

A luta do Movimento Vila Socialista hoje

O governo sabe da importância que teve e tem a Vila Socialista para os movimentos por moradia. Através do CDHU, tem procurado dividir a Vila Socialista e tentou até convencer os moradores a mudarem o nome do conjunto habitacional. Recentemente, utilizou-se de uma moradora, "assessorando-a" na elaboração de um documento calunioso e de traição ao movimento, proibindo a realização de assembléias no interior do condomínio conjunto Vila Socialista, alegando que as assembléias estavam danificando os apartamentos e que os membros do movimento eram bagunceiros etc.

Os moradores de Vila Socialista, através de uma Assembléia Geral e de um abaixo-

assinado, rechaçou tal traição e se posicionou favoravelmente às assembléias dos sem-tetos que se reúne semanalmente, dando continuidade à luta de Vila Socialista.

A moradora a serviço do CDHU sofreu nova derrota, porque antes já havia tentado mudar o nome da Vila Socialista para Conjunto Brasil ou Tancredo Neves, e também foi rechaçada pela assembléia geral.

Essas posições das assembléias de moradores mostram que a Vila Socialista está viva e se contrapõe às manobras do governo e da burguesia através de decisões e ações, utilizando o método operário das assembléias massivas e soberanas.

Viva a luta por terra e teto para todos!

Viva as assembléias populares!

Viva a Vila Socialista!



Salário e exploração do trabalho

O capitalismo, diferentemente de sociedades anteriores como escravismo e feudalismo, é um modo de produção baseado na venda e compra de força de trabalho. Os operários vendem sua força de trabalho aos capitalistas. Os exploradores se utilizam da energia física e mental dos explorados para produzirem mercadorias, que depois serão vendidas no mercado.

Notem que a força de trabalho também é uma mercadoria. Mas é uma mercadoria diferente das outras, porque serve para produzir outras mercadorias (sapatos, carros, aviões, agulha etc). Ou seja, os operários vendem sua capacidade física de trabalho e esta é utilizada para produzir mercadorias, que são valores-de-troca para os capitalistas.

Os patrões pagam um salário e os operários cedem sua força de trabalho por uma jornada de 44 horas semanais. Durante esse tempo, produzem uma quantidade enorme de riqueza e recebem uma pequeníssima parcela para sobreviver. Assim, com seu trabalho, em pouco tempo, produzem valores que são suficientes para pagar o salário e ainda produzir um grande excedente de valores, que é apropriado pelo patrão.

Suponhamos que nas duas horas iniciais se produz o suficiente para o valor do salário, que foi imposto pelo capitalista. Nas seis horas restantes se produz o excedente que enriquecerá o dono da fábrica. Vemos assim que o salário é uma quantidade de valor produzido em uma certa quantidade de tempo que serve para o operário e sua família continuarem vivos. Ou seja, serve para repor as energias perdidas pelo trabalhador na produção e para continuar reproduzindo a força de trabalho.

O valor da força de trabalho é medida de acordo com o valor dos alimentos que o trabalhador e sua família consomem e outras necessidades vitais. Por sua vez, o valor dos alimentos e outras necessidades se mede pelo tempo necessário utilizado na sua produção. Assim, o salário nada mais é do que a expressão monetária (dinheiro) do valor da força de trabalho, ou seja, é seu preço.

Na verdade, existem vários tipos de salário. Vejamos: 1) Por tempo de trabalho: o mais comum é o contrato por 44 horas semanais, com recebimento mensal. As fábricas geralmente dão um vale na quinzena porque os trabalhadores já não têm um tostão. Apenas antecipam uma parte da miséria que recebem; 2) Por peça produzida. É uma forma não muito comum. No setor têxtil existem costureiras que produzem em suas casas, como uma espécie de semiproletárias, que recebem por peça produzida; 3) Salário em dinheiro: é o que prevalece; 4) Salário em espécie: é quando o burguês paga

em produto. Em certas regiões do nordeste, os capitalistas agrários pagam aos operários agrícolas parte em produtos e parte em dinheiro.

Além desses tipos é preciso distinguir o salário nominal e o salário real. 1) Salário nominal: tem valor só no nome. É o valor em números do salário. Suponhamos que com o salário o operário compra a cesta básica, paga aluguel e outros gastos indispensáveis. No mês seguinte, todos os preços sobem 20% e o salário permanece igual. Então ele perdeu capacidade de compra em 20%, mas o valor numérico do salário continua igual. Esse valor numérico é nominal. 2) Salário Real, como vimos, é contrário do nominal, porque corresponde à capacidade de compra. É por isso que existe o reajuste nominal e o aumento real. O reajuste nominal não aumenta o poder de compra, enquanto que com o aumento real o trabalhador pode comprar mais mercadorias. É por isso que os capitalistas resistem em dar qualquer aumento real.

Os abonos são uma forma de aumentar de forma provisória o poder de compra dos salários nominais, mas não são incorporados aos salários.

É preciso ainda considerar uma forma fundamental de salário, que é o salário mínimo. Trata-se de uma quantidade de dinheiro (valor) que permite a uma família de 4 pessoas sobreviver. O seu cálculo é feito através da soma de valores dos produtos e serviços necessários à existência da família operária. Esta norma não é respeitada pelos capitalistas e seu governo. O salário mínimo de 70 reais não permite a sobrevivência nem de um trabalhador. O cálculo do salário mínimo real é de 750 reais. Cerca de 20 milhões passam fome recebendo até um salário mínimo.

Finalmente, existe o problema da inflação que torna os salários cada vez mais nominais. A reivindicação que defende os trabalhadores é a Escala Móvel de Salários, que significa reajustar os salários automaticamente de acordo com a inflação. Se o custo de vida sobe 10%, automaticamente os salários são reajustados na mesma proporção e assim por diante.

Karl Marx explicou a exploração capitalista.

(Reproduzimos um trecho do livro "Salário, Preço e Lucro")

"Que é então o valor da força de trabalho?"

Exatamente como o de todas as outras mercadorias, o seu valor é determinado pela quantidade de trabalho necessária para a sua produção. A força de trabalho de um homem consiste apenas na sua individualidade viva. Para se poder desenvolver e sustentar a vida, tem de consumir uma quantidade determinada de meios de subsistência. Mas o indivíduo, à semelhança da máquina, gasta-se e tem de se substituir por outro. Além da quantidade de artigos de necessidade corrente de que carece para sua própria subsistência, precisa de uma outra quantidade desses mesmos gêneros de primeira necessi-

dade para criar um certo número de filhos que possam substituir no mercado do trabalho e perpetuar a raça dos trabalhadores. Além disso, para desenvolvimento da sua força de trabalho e aquisição de uma certa perícia, tem de despender mais uma nova soma de valores. Para o nosso objetivo, basta considerar o trabalho médio cujas despesas de formação e aperfeiçoamento representam grandezas ínfimas"(...)

"Após o que dissemos, verificamos que o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade indispensáveis para produzir, desenvolver, conservar e perpetuar a força de trabalho". (págs. 53 e 54)

Movimento Operário



Debate sobre o aniversário da Revolução Russa

A Tendência pelo Partido Operário realizou, no dia 20 de novembro, um debate sobre a Revolução Russa e a restauração capitalista imposta pela burocracia estalinista. Participaram do debate militantes do PSTU, da Liga

Comunista (cisão da Convergência Socialista), militantes e simpatizantes da T.POR etc.

A essência do debate foi a defesa das conquistas da Revolução Russa (1917). Não se pode construir o Partido Operário Revolucionário no Brasil sem que na luta pelo seu programa reflita as conquistas históricas do proletariado mundial. A comemoração dos 77 anos da Revolução Russa significa a defesa das bases e princípios programáticos da

revolução de Outubro de 1917.

A Revolução Russa é o laboratório das experiências vividas com o marxismo. Possibilitou ao Partido Bolchevique tornar realidade o objetivo histórico de emancipação das massas exploradas do sistema capitalista. A expropriação dos meios de produção da burguesia, através da insurreição e da ditadura do proletariado, mostrou toda sua vigência.

Por outro lado, destacou o papel da burocracia estalinista traidora, responsável pela política da restauração capitalista no Leste Europeu, ex-URSS, Cuba, China etc. A luta contra o internacionalismo proletário, burocratização dos soviets, perseguições políticas, a destruição física da vanguarda leninista etc. contribuíram para que o estalinismo impusesse ao proletariado mundial o "a convivência pacífica" com os países imperialistas. A restauração do sistema de exploração do trabalho foi impulsionada com a implantação da Perestroika.

A Revolução Russa tirou o Estado e a economia das mãos dos capitalistas e latifundiários-feudais e abriu a possibilidade de desenvolver a propriedade coletiva dos meios de produção, única forma de emancipar o homem da exploração do trabalho. Aos revolucionários cabe lutar pelas conquistas dessa Revolução, defendendo a economia estatizada e a propriedade coletiva dos meios de produção. Isto significa defender a reinstauração do poder proletário através da revolução política e a estruturação da ditadura do proletariado, assentada nos soviets. Daí a necessidade de organizar o Partido Mundial, ou seja, a IV Internacional.

À vanguarda operária está posta a tarefa de defender as conquistas da Revolução de Outubro, assimilando os ensinamentos do bolchevismo e construindo o partido leninista.

O debate se encerrou com o Viva à Revolução Russa!

Internacional

Avança a restauração capitalista na Rússia. Lutar pela Revolução Política!

Dezembro marca o terceiro aniversário do fim da URSS. Em três anos, privatizaram-se 106 mil empresas. Agora a iniciativa privada controla 70% de todas as empresas russas, 86% da mão-de-obra industrial e mais de 50% do Produto Interno Bruto. 2 milhões de russos tornaram-se proprietários, só em 1992. Hoje, somente 30% da produção está nas mãos do governo. Apesar do saldo da balança comercial oficial ser de 12 bilhões de dólares, estima-se que 30 bilhões deixam anualmente o país ilegalmente. O governo conseguiu controlar momentaneamente a inflação, às custas de uma política de privatizações, empréstimos ao exterior e corte de gastos públicos: incluindo um corte de pessoal no Estado, que reduziu por exemplo as Forças Armadas de um contingente de 4 milhões para 1,7 milhão (menos da metade). Já conta com 2 bilhões de dólares em salários atrasados. Os 35 milhões de aposentados sobrevivem com uma miséria. 7 milhões deles recebem 20 dólares mensais.

Postos no governo estão nas mãos dos ex-estalinistas

O país está nas mesmas mãos de antes: os ex-estalinistas continuam controlando as corpora-

ções, a Duma, a Câmara dos Deputados, os cargos diplomáticos, os postos no Kremlin e os novos grupos capitalistas. Há ainda aqueles que, anteriormente ligados ao aparato repressivo, formaram quadrilhas de mafiosos e se impõem a toda uma camada de novos empresários. O que antes faziam como membros do aparato governamental, agora fazem como mafiosos: extorquem. Juntaram-se a grupos criminosos de fora do país. O capitalismo veio e trouxe junto o crime organizado.

A situação caótica do país vai estimulando a crise no interior das forças armadas. Já existem grupos que pregam abertamente o golpe militar.

O estalinismo tem conduzido o país à restauração capitalista. A burocracia vai se transformando: está deixando de ser uma casta parasitária para se tornar burguesia, uma classe social ainda mais parasitária.

A derrubada da burocracia é condição para se superar a crise. A classe operária russa, a maior do

planeta, precisa recuperar o poder político e econômico através da revolução política e impulsionar a revolução socialista mundial, única forma de acabar definitivamente com o capitalismo e todas as desgraças que ele carrega consigo. Para isso, é necessário o Partido Revolucionário Internacionalista, a ser construído em conexão com o internacionalismo proletário, marxista, trotskista.

